

.....

Existe uma orientação comum nos programas oficiais para educação profissional no Brasil que em conjunto formam a política atual do Plano Nacional de Educação Profissional, conhecido por algumas entidades de trabalhadores como PLANFOR, em nível nacional e como Planos Estaduais de Qualificação PEQs, nos estados e municípios. Todos aparecem como uma tentativa de garantir aos trabalhadores e desempregados uma adequabilidade aos novos princípios da Teoria do Capital Humano e suas diferentes interfaces com os novos paradigmas de empregabilidade, inserção social e rentabilidade, o que implica em afirmar que os propósitos da política pública de formação profissional baseiam-se na ambigüidade entre a qualificação frente aos altos índices de desemprego. Sabemos que em termos de política pública de preparação para o mercado de trabalho, nos dias atuais a regra é o processo de globalização e que o perfil do trabalhador necessário muda de acordo com as alterações das forças produtivas e da forma como estas se vinculam entre si no processo histórico, sem desconsiderar evidentemente as formas de dominação nas diferentes frentes produtivas que determinam os comportamentos culturais, sociais, éticos e políticos e outros fatores conjunturais. Por conta desses e outros fatores, a formação profissional do trabalhador, proposta na atualidade, através de programas traz consigo um conceito restrito e uma idéia de consenso entre as exigências do mercado de trabalho e as aspirações dos trabalhadores e desempregados. O que não é verdade, pelo contrario, os programas em sua maioria reforçam a segregação social de algumas categorias de trabalhadores, não permitindo através dos “cursos” uma melhoria das suas condições existenciais.

Palavras-Chave: PLANFOR, Educação Profissional, Teoria do Capital Humano.

A common orientation exists in the official programs for professional education in Brazil that, together, form the current policies of the National Plan of Professional Education. This plan is also known to some workers' organizations as PLANFOR, nationally and, in addition there are State Plans of Qualification [PEQs], in the states and the municipal districts. All appear as an attempt of guaranteeing to the workers and unemployed adequate conditions relative to the new principles of the Theory of the Human Capital and its different interfaces with the new employment paradigms: social inclusion and profitability, which implicates in affirming that the purposes of the public policy of vocational training are based on the ambiguity in the qualification compared to the high unemployment rates. We know that in terms of public policies of preparation for the labor market today the globalization process dominates and that the profile of laborers desired change in accordance with the productive forces and the form with which they are linked in an historical process, besides not forgetting the forms of domination in the different productive fronts that determine cultural, social, ethical and political behavior and other conjunctural factors. Owing to these and other factors, the professional formation of the worker currently proposed through the programs carry with it a restricted concept and consensual idea of the labor market exigencies and aspirations of the workers and unemployed, something far from the truth: on the contrary, the programs in their majority merely reinforce social segregation of some categories of workers, with the "courses" not permitting any improvement of their existential conditions.

Keywords: PLANFOR, Professional Education, Theory of Human Capital

Políticas e Desafios na Educação para os Trabalhadores Empregados e Desempregados

Antônio Carlos
do Nascimento
Osório

Doutor em Educação.
Professor Adjunto III do
Departamento de Educação.
Coordenador do Programa
de Pós-graduação
em Educação,
da Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul.

Conhecido como um fenômeno que persiste há alguns séculos no Brasil, a chamada profissionalização ou qualificação tornou-se um dos instrumentos de vulnerabilidade social. Isso fica evidente quando tomamos como referência estudos que analisam o distanciamento entre o que se propõe, o que se executa e as necessidades de absorção de mão de obra, vistas sobre uma leitura de política pública, não só nos programas informais, oferecidos por algumas entidades de profissionalização, como também nas próprias instituições pedagógicas que oferecem através do ensino (ensino médio e superior) cursos em que seus objetivos visam a formação para o trabalho, concedendo certificados e diplomas totalmente desvinculados de uma realidade social.

O presente artigo apresenta alguns resultados obtidos por algumas pesquisas na área de “educação e formação profissional” na perspectiva da qualificação e requalificação profissional, de trabalhadores e desempregados, apoiando-se basicamente nos resultados de estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores da Linha de Pesquisa “Educação e Formação Profissional”, do PPGEd/UFMS e na análise dos diferentes contextos de políticas públicas implementadas nos últimos anos no Brasil pelo Ministério do Trabalho

e de algumas diretrizes estabelecidas para atender esta expectativa.

Nosso propósito é explicitar da melhor forma possível que elementos estão latentes a essa dinâmica que se anuncia como mediadora da “crise do desemprego” e a “falta de qualificação dos trabalhadores e desempregados.” Para dar conta dessa possibilidade, torna-se necessário fazer uma retrospecti-

Explicitar da melhor forma possível que elementos estão latentes a essa dinâmica que se anuncia como mediadora da “crise do desemprego”.

va de alguns elementos históricos que sinalizam à dinâmica de funcionamento que aponta para um novo conceito de educação profissional nos dias de hoje, como fonte fundamental para análises de impacto que a sociedade brasileira vive nos dias atuais.

Segundo Caldera (1984) essa atitude de recuperar algumas questões do processo histórico nos possibilita criar uma circulação de idéias e objetos culturais que poderá ser melhor compreendida quando analisada em termos de mundialização, e não como difusão, desde que não se percam as relações da globalização com as diferentes instâncias de poder.

Isso se evidencia de forma mais pontuada na busca da historicização, só nos permitindo a chegar a algumas “notas” ou “questões” que se fizeram presentes durante o desenvolvimento da humanidade. A presença dessa história “ressalta” ou “subjaz”, “explica” ou “implica” em registrarmos algumas categorias que nos deixam evidenciar, como um dos princípios fundamentais, que o homem sempre viveu em transição e por isso em constantes crises, sobrevivendo de diferentes formas e sendo fruto de diferentes mecanismos de controle social, estabelecidos pelos poderes instituídos.

Ao analisar essa situação, Caldera (1984:11) coloca que por tanto tempo percorremos os caminhos da história e percebemos em que seus registros apontam para a seguinte condição humana, destacando: “A crise do homem é a crise do mundo que ele habita e o mundo muda porque o homem nele alojado transforma sua conduta histórica.” Essas mudanças, embora apareçam com

características coletivas, sempre privilegiam uma minoria e que, na maioria das vezes, os resultados atingidos, não estão vinculados a propósitos e interes-

ses daqueles segmentos aos quais se destinam. Diante disso, a crise do homem é movida por sua própria contradição individual e coletiva.

Frente a esse paradoxo, ao analisarmos o nosso momento histórico, podemos afirmar que sua formatação é que vivemos diferentes conflitos e que esta situação emanada de tantas contradições de cunho social é configurada sobre diferentes prismas. No cenário mundial e, particularmente, nacional, estas crises são consideradas em todas as ordens, desde os poderes instituídos até a menor unidade de organização social.

Em síntese, o final de nosso século traz consigo dois elementos determinantes. De um lado, as teorias não conseguem dar respostas mínimas aos fenômenos que nos cercam, independentes de suas origens, suas razões existenciais e verdades que representam. Por outro, a insistência conservadora e hegemônica de justificar os fenômenos oriundos dessa realidade, a partir de princípios que facilitam “interpretar” e enunciar os motivos, mas que não dão conta de sinalizar algumas possibilidades de mudanças.

Neste vácuo contraditório e dominador, outras situações emergem em diferentes contextos, tendo como mola

precursora os aspectos relacionados as questões de ordem econômica, que por sua vez, determinam as relações sociais, éticas, políticas, culturais e educacionais, que no conjunto provocam a apolo-gia da nova “era” do mercado de traba-lho.

Em nome dele e por ele, o trabalha-dor se “inclui” ou se “exclui”, colocan-do em risco o seu exercício à cidadania e de seu próprio sentido existencial. Em jogo, a auto-estima de cada trabalhador, de cada cidadão, independente de suas condições sociais, que tenta, a cada dia melhorar sua sobrevivência individual e coletiva, brigando por seus direitos a saúde, a educação, a moradia, a segu-rança, ao trabalho e a uma renda míni-ma.

Essa situação tão degradante em nossa civilização tem suas origens no aparecimento do Liberalismo, doutrina que preconiza a liberdade individual, aplicada principalmente nos terrenos político e econômico, e que trouxe consi-go uma das experiências talvez mais remota da civilização grega, principal-mente, aquela ocorrida na cidade de Atenas.

Para entender esta comparação é necessário compreender o que Péricles¹ contribui na histó-ria da Grécia. Em-bora ele fosse de origem aristocráti-ca, foi o maior polí-tico da Grécia, de-finiu a democracia ateniense como um louvor a liberdade, por conta do governo estar nas mãos de muitos e não de poucos. Em um de seus discursos Péricles anunciou: “Na vida privada, a lei não faz discriminação nenhuma entre os cidadãos; na vida pública, a consideração não se adquire por nascimento, nem por fortuna, mas,

unicamente, pelo mérito; não são distin-ções sociais, e sim a competência e o talento que abre caminho às honra-rias...”

Os registros da história assinalam ainda que embora tenha sido uma expe-riência notável enquanto elemento de construção social, para alguns historia-dores, isso provocou a derrota do impé-rio grego, principalmente pelo fato de esvaziar o exército militar, oportu-nizando a instalação do Império Roma-no, conseqüentemente com bases de um governo aristocrático, passando a ter uma configuração de uma sociedade ri-gidamente hierarquizada e por isso, impermeável aos ideais de liberdade.

Essa realidade só se modificou com o ressurgimento do liberalismo no sécu-lo XVIII e XIX, estabelecendo uma com-binação entre os ideais de livre associ-ação e organização. Entretanto, embora essa concepção tenha a base comum nos preceitos já apontados na Grécia Anti-ga, houve por questões do momento his-tórico, toda uma readequação de seus pressupostos iniciais como poderá ser observado.

Frente a esses movimentos adqui-ridos a partir de diferentes formas de organização, o ideal político do liberalis-

Frente a esses movimentos adquiridos a partir de diferentes formas de organização, o ideal político do liberalismo do século XIX traz em seu interior um discurso de democracia.

mo do século XIX traz em seu interior um discurso de democracia, definida neste contexto, a partir de um mínimo determinado de governabilidade, contro-lado por leis traçadas pelas expectati-vas do povo, através de seus represen-tantes, embora elas sejam em sua

¹ Péricles (495a. C. – 429a. C.) Orador, político e estadista ateniense. Para alguns autores, ele foi responsável pela consolidação da democracia em Atenas. Viveu no período apogeu da cultura Grega, o chamado “século do ouro”.

maioria aprovadas, contra este mesmo povo que reivindicou.

No campo econômico, o liberalismo demarca a livre concorrência postulando a não intervenção do Estado nestas questões, configurando com estes propósitos um distanciamento definitivo entre as questões pertinentes à ética e à política, e um estado mínimo de aproximação entre ambas, reforçando a questão das “liberdades individuais”², argumentando desta forma um discurso todo voltado ao “anti-socialismo”, embora ele se enuncie a partir dos “interesses coletivos.”

Com essa estratégia de controle e em nome da conjuntura mundial, o liberalismo surge como um prefixo “neo”(novo), adotando uma estratégia considerada por um grupo de economistas como globalização não só entre os valores culturais, registrados ao longo de nossa construção histórica, mas, essencialmente, num processo centrado a partir do “capital financeiro”, tendo como princípio orientador valorativo a livre concorrência de mercados de forma especulativa, delapidando os fundos públicos, os salários dos trabalhadores e as diferentes formas de renda.

Contraditoriamente, e de forma coesiva, a leitura de tal realidade é apon-

Contraditoriamente, e de forma coesiva, a leitura de tal realidade é apontada como um momento de transição necessário para resgatar não só o sentimento nacionalista.

tada através de diferentes estratégias governamentais como um momento de

transição necessário para resgatar não só o sentimento nacionalista, mas a “identidade da pátria.” E exemplo de tal postulado pode ser representado, pela moeda nacional, o “real”, enquanto é referendado não só como um instrumento político para a sociedade brasileira como instrumento econômico “forte”, numa ficção que foi desmantelada em poucas semanas, como ocorreu nos primeiros meses deste ano. Mesmo assim, as estratégias de controle definidas pelo poder instituído tornam esse dispositivo econômico “forte”, a tal ponto que foi inquestionável no último processo de eleição e, ao mesmo tempo, garantiu o primeiro e o segundo mandatos do atual presidente da república.

Diante dessa situação, as questões pertinentes a definições de políticas públicas passam a ser configuradas a partir de um pressuposto cultural, buscando sempre “sanar” as dificuldades socialmente colocadas, embora elas não sejam prioritariamente operacionalizadas.

Bourdieu (1984: 7) argumenta que:

“... É por isso que a arte e o consumo cultural são predispostos, conscientes e deliberadamente ou não, a desempenhar a função social de legitimar as diferenças sociais.”

Bourdieu prossegue, afirmando:

“... através das condições econômicas e sociais que predispõem, (...) e estão intimamente ligadas aos sistemas de disposição (habitus) características de diferentes classes e segmentos sociais.”

De forma concentrada, grupos econômicos em nú-

mero cada vez menor, frente a essa realidade, conseguem estabelecer, numa

² Caio PRADO Jr. (1980:10), considera que no Estado liberal se constitui a essência da democracia burguesa, caracterizada pela igualdade de todos perante a lei, e pela liberdade jurídica dos cidadãos, nessa democracia burguesa. O Estado é organizado na base dos direitos iguais de todos os cidadãos podem livremente gozar esses direitos, quem considerar e analisar o problema da liberdade individual unicamente em função das relações entre os indivíduos e esse Estado juridicamente neutro deixa de lado a principal questão, e que vem a ser *as limitações que o direito de uns indivíduos traz para a liberdade de outros.*

estratégia provisória, centros hegemônicos do capital, concentrando e monopolizando não só os lucros, como detendo o poder das definições de políticas públicas governamentais de toda ordem, sejam nas áreas de promoção social, educacional e outros setores considerados como emergentes em nossa realidade que exigem uma ação governamental pontuada. Se no conjunto tudo isso nos leva a diferentes “crises” conjunturais, a seqüela maior ocorre no campo do conhecimento, da ciência, no atraso do desenvolvimento tecnológico e na própria informação, deixando evidente que o desenvolvimento social brasileiro, ainda será, talvez, quem sabe, para o final do próximo milênio.

Mediante esses conflitos de diferentes ordens marginalizadoras do trabalhador é cobrado o aumento de sua produtividade, deixando evidente que suas limitações frente aos novos incrementos tecnológicos e as questões pertinentes aos novos princípios da Teoria do Capital Humano, como “trabalho X rentabilidade”, “inserção e efetividade social”, são elementos determinantes e cabe a ele promover sua adequação a esses novos postulados. Por outro lado, em termos de lucros e pelo implemento da automatização nas diferentes frentes produtivas, os empregadores adotaram como princípio necessário ao “lucro”, a diminuição, em termos absolutos, do número de postos de produção e forçaram a negociação para redução dos salários dos trabalhadores que permaneceram em seus postos de trabalho, negociaram a jornada de trabalho em alguns casos para tempo parcial ou ainda, oficializaram contrato temporário de trabalho com a interveniência do próprio movimento sindical e representantes do governo. Em jogo, mais uma vez, a sobrevivência e a auto-estima dos operários, a partir do princípio denomi-

nado pelos economistas de “flexibilização” do trabalho.

O resultado concreto de tal situação e estarrecedor são os números produzidos pelo desemprego estrutural, que a princípio pode ser considerado sem precedentes. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu *Informe sobre o Emprego no Mundo 1998/1999*, aponta que a crise asiática, que começou a intensificar-se em

A crise asiática, que começou a intensificar-se em outubro do ano de 1998, provocou a demissão de 10 milhões de pessoas no mundo.

outubro do ano de 1998, provocou a demissão de 10 milhões de pessoas no mundo, apenas naquele ano. De acordo com o estudo, o crescimento do desemprego e a retração das exportações mundiais aos mercados asiáticos geraram esta crise.

O mesmo *Informe* da OIT destaca ainda que na conjuntura atual, “a situação mundial dependerá do comportamento da China” (manutenção ou não de sua política cambial) e da “eficiência das medidas japonesas” para evitar a recessão e para manter a confiança dos investidores locais. Ainda segundo a OIT, neste momento existe pelo menos 1 bilhão de trabalhadores (cerca de um terço da população economicamente ativa no mundo), na condição de desempregados ou subempregados. Entre esses, cerca de 150 milhões estão de fato sem nenhuma renda, buscando um trabalho ou uma oportunidade nas frentes produtivas. Esse mesmo relatório enfatiza que nos dias atuais, 25% e 30% dos trabalhadores do mundo, aproximadamente 750 e 900 milhões, estão desempregados, trabalhando menos do que gostariam e recebendo um salário menor do que necessário para viver dignamente.

Num processo de exclusão social, as alternativas de possibilidade de em-

prego são reduzidas de forma acelerada, agravando outro processo precarizador, as condições mínimas de trabalho, envolvendo não só as condições de produção como também os próprios direitos trabalhistas elementares, fruto das relações capitalistas dominantes.

As alternativas de emprego são reduzidas de forma acelerada agravando as condições mínimas de trabalho, envolvendo não só as condições de produção como também os próprios direitos trabalhistas.

Imerso nesse processo de globalização, o Brasil tenta “com calma e solidariedade”, segundo o Presidente da República³, administrar internamente essa realidade tão presente entre milhões de brasileiros. Ele criticou recentemente o “tom alarmista” dado a este assunto e disse: “o crescimento do desemprego no País é mais grave na área metropolitana da Grande São Paulo e em outras regiões houve até mesmo redução, citando, como exemplo, as capitais de Porto Alegre e Rio.” Segundo ele, “o problema é que a População Economicamente Ativa cresce numa velocidade maior que a criação de novos postos de trabalho” e alertou: “os brasileiros terão de conviver com “bolsões” de desemprego em grandes metrópoles como São Paulo, por mais de 10 ou 15 anos, mesmo que os níveis de investimentos aumentem.”

A intensificação das relações econômicas internacionais como resultado da maior liberalização das econômicas, da expansão dos mercados, em especial dos movimentos de grandes capitais e da relativa redução das dimensões e das

intervenções do Estado provocam novas formas de organização da produção e da sobrevivência humana, reinventando outros paradigmas alicerçados na dúvida, na insegurança e na falta de perspectivas concretas, na reconfiguração de novos conceitos de realidade social e de formas diferenciadas entre as rela-

ções de produção, cuja convergência recai nos princípios dos conceitos de economia solidária, associativa e autogestionária. Em síntese, é a sobrevivência do “poder viver”

sobrevivendo, sem entender que trama se estabelece por de trás das políticas públicas e que interesses realmente trazem em seu bojo, embora vivam as conseqüências desse processo de mutação no dia a dia.

Para os que pesquisam as relações do trabalho, com o conhecimento e a formação profissional, através da educação formal e informal, abre-se uma ampla discussão perante a crise do significado e do sentido estrutural do trabalho na vida de cada cidadão. Varias indagações vão emergindo dentre elas, nossas preocupações voltam-se neste momento para o sentido da relação trabalho/educação/formação e qualificação profissional, a compreensão de entender e o deslocamento do papel da educação para os trabalhadores sem escolaridade básica para uma qualificação profissional e, por ultimo, que estratégia será esta. Será de alívio a pobreza?

A forma que assume a globalização neste fim de século é, em sua essência, a busca de recompor perdas do capital. É, também, neste sentido, um rompimento com as conquistas

³ Palavras utilizadas durante a cerimônia no Palácio do Planalto para lançamento do Projeto do “linhão de Emprego”. Este projeto previa uma parceria entre a prefeitura municipal de Curitiba, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), para criar mais postos de trabalhos na capital paranaense. Setembro de 2000.

sociais da classe trabalhadora. Desta maneira o movimento da globalização, em sua aparente neutralidade, cumpre um papel ideológico de encobrir os diferentes processos de dominação e as relações imperialistas do capital, ampliando cada vez mais o desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social, aumento da destruição do meio ambiente, as desigualdades regionais e entre nações. É a marginalização social como um direito a sobrevivência. Explicita-se, então, o que é um processo de globalização neste fim de século. É um componente estrutural específico da crise do capital, a preço da identidade nacional e da classe trabalhadora. É o que culturalmente denominamos competitividade econômica, sustentada pela ideologia e políticas neoliberais.

Por outro lado, a contradição entre as possibilidades do mercado de trabalho e as relações sociais de exclusão levam os governantes a gerirem projetos políticos independentes de princípios ideológicos, que se afirmam num pressuposto mínimo de estabilidade social, tendo como mola precursora, a reestruturação social, com base nos diferentes conflitos emergentes, utilizando-se de um discurso epidêmico que leve a crer a necessidade de uma reestruturação produtiva, como elemento de ajuste social, que, oficialmente, nada mais vem a ser do uma adequação ao processo de globalização imposto pelas exigências dos organismos internacionais, surgindo então o postulado da “teoria do capital humano”, regida pelos mecanismos da desregulamentação, descentralização, autonomia institucional e privatização.

Em jogo, a identidade nacional, como se os traços fisionômicos sociais fossem caracterizados por alguns ele-

mentos oriundos do mercado de trabalho e de uma adequação produtiva, zelosamente prevista de forma sutil, e inquestionavelmente engenhosa; a bem dizer, o importante deixam de ser os conflitos sociais estabelecidos, mas sim as possibilidades de controle dos resultados oriundos desse processo marginalizador. Diante disso, as estratégias passam a ocupar um plano secundário, o que importa são os fins e não os meios para atingir esses fins.

Definida pela ausência de regras, a globalização tem, como elementos neutralizadores, polaridades e conflitos que se dão não mais nos contextos ideológicos, mas nas lutas de classes e nas utopias. Elas começam a ser direcionadas para um confronto em seu próprio interior, entre seus pares, nas diferentes categorias produtivas, nas instituições, nos sindicatos, nos partidos e outras organizações sociais. E desviando o foco das relações de poder, como entre os empresários e trabalhadores, entre governados e os governantes.

Para contornar tal realidade explicitada por alguns estudos conforme foram pontuados até aqui, o governo

A princípio, deveriam gerir empregos e melhorias de renda como forma de criar condições à prosperidade e a utopias igualitárias, até mesmo à servidão.

Federal, em parceria com os estados vem executando programas que, a princípio, deveriam gerir empregos e melhorias de renda como forma de criar condições à prosperidade e a utopias igualitárias, até mesmo à servidão. Por de trás de tal premissa, reforça os discursos neoliberalista de “liberdade dos mercados”, trabalhando individualmente no estímulo a competição, defendendo como um princípio saudável e necessário na conjuntura atual do desemprego, afirmando que deverão vencer os mais com-

petentes e os que mais se esforçam. Em jogo a cidadania se explicitando de forma selvagem.

A confirmação do bloco conservador no poder, após as últimas eleições presidenciais como já foi enunciado, deixaram evidentes que a articulação das reformas do Estado, em seus diferentes projetos governamentais, teriam um fôlego referendado não só pelo Congresso Nacional, mas principalmente pela sociedade, sem muita explicitação de tais propósitos, mas definida uma perspectiva desintegradora, além das reformas constitucionais, do código civil e da previdência, com bases nos princípios “economicistas” e visando, principalmente o “tecnicismo” e “produtivismo”.

Com base nos ajustes necessários, a educação passa a ser vista como redentora de toda a tragédia do desemprego, tendo a responsabilidade de desenvolver habilidades básicas (conhecimento escolar, alfabetização...), habilidades específicas (tarefas produtivas – ofícios) e de gestão (qualidade, valores e atitudes), definidas a partir do novo conceito de mercado de trabalho, tendo como “missão” “formatar” em cada indivíduo “competências”, frutos do desenvolvimento dessas habilidades enunciadas, assegura-

A educação passa a ser vista como redentora de toda a tragédia do desemprego, tendo a responsabilidade de desenvolver habilidades básicas (conhecimento escolar, alfabetização...).

rando uma possível “empregabilidade” e uma renda mínima.

Na tentativa de prevenir e contornar essa realidade numa dimensão restrita, o governo federal tentou operacionalizar alguns compromissos de campanha, institucionalizando o Plano Plurianual “Brasil em Ação” (1995), composto basicamente por 42 projetos prioritários, tendo como uma estratégia pretendida o enfrentamento das crises

sociais que deixavam de ser latentes e passavam a ter uma explicitação “real”. Como parte desse coletivo de medidas fragmentadas e atrelado ao Plano Plurianual, o governo lançou o Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR), em 1996, regulamentado pela Resolução nº 126, de 23 de outubro, do mesmo ano.

O PLANFOR é financiado com recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT). Enquanto um fundo oriundo de contribuições da classe trabalhadora ele foi instituído e regulamentado pela Lei nº 7.998, de janeiro de 1990, integrado pela arrecadação do PIS-PASEP e administrado pelo Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), organismo tripartite e paritário.

De acordo com as diretrizes do PLANFOR, os recursos do FAT, a ele destinados, devem ser aplicados em programas de educação profissional e outras ações implementadas, de forma descentralizada, por meio de parcerias com diversos atores relevantes no campo da educação profissional como: sindicatos de trabalhadores, organizações empresariais, universidades e organizações não governamentais.

Conforme os “Termos de Referência dos Programas de Educação Profissional”, divulgado em novembro de 1996, esses programas deverão ser ofertados no âmbito do PLANFOR, visando três grande grupos de categorias, explicitados esses interesses por em níveis diferenciados de necessidades, a saber:

1º) Programas Nacionais, voltados para clientela em desvantagem social e/ou setores ou regiões estratégicas para o desenvolvimento do País, definidos como prioritários para aplicação do FAT;

2º) Programas Estaduais, definidos pelas Secretarias de Trabalho

e Comissões Estaduais de Emprego, em parceria com organismos do governo estadual ou municipal e outros atores locais, para atender, prioritariamente, beneficiários do Seguro-desemprego e desenvolvimento de gestores e micro-empresendedores, incluindo clientela do PROGER, além de demandas específicas de municípios ou regiões e, 3^o) Programas Emergenciais, voltados ao atendimento de situações de crise e/ou a processos de reestruturação

produtiva, surgida após o início dos demais programas.

Para implementação do PLANFOR vem sendo adotadas duas estratégias fundamentais através de dois mecanismos: Planos Estaduais de Qualificação e parcerias. Entretanto, essa forma de tentativa de articulação entre diferentes níveis governamentais e ações coletivas interinstitucionais têm esbarrado num conceito preliminar de formação de recursos humanos que a própria história da educação tem apontado para alguns aspectos fundamentais que não vem sendo observado.

Historicamente, a formação de recursos humanos no Brasil é uma preocupação muito recente e tem suas discussões iniciais na década de 40, na passagem de um modelo de sociedade tradicional-agrária, para uma sociedade urbano-industrial. Tendo, nessa transição, como um dos obstáculos para este “ideal”, a classe trabalhadora ter sido acusada pelo seu despreparo profissional, no que tange aos níveis de escolaridade formal e a sua qualificação profis-

sional, colocando em risco a competitividade de mercados.

Na tentativa de contornar esse obstáculo, empresários e o governo federal criaram, na década de 40, alguns tipos de serviços voltados para o interesse imediato das oligarquias estabelecidas. Fruto de interesses difusos, mas com o propósito bem definidos em torno de uma arrecadação financeira, foram instituídos

Na tentativa de contornar o obstáculo da formação de recursos humanos, empresários e governo federal criaram, na década de 1940, alguns tipos de serviços voltados para o interesse imediato das oligarquias estabelecidas.

o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, próximo, em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), ambos com a pretensão de prover a capacitação da força de trabalho na quantidade e qualidade exigidas, desvinculado de uma formação básica escolar e mantidos com recursos públicos provenientes da contribuição dos empregadores sobre a folha de salários e, ao mesmo tempo, oficializando a fragilidade do sistema educacional em formar “mão-de-obra” qualificada, deixando evidente que a divisão social e a técnica do trabalho são condições indispensáveis para a constituição capitalista, o que importa “é fazer, sem precisar entender o porque fazer”. Foi talvez a automatização humana mais selvagem experienciada no modelo Fordista copiado e adequado para o Brasil.

Nesse mesmo período (1942-46), surgem as Leis Orgânicas do Ensino, mais especificamente em 1942, determinando oferecimento de cursos técnicos nos moldes das escolas profissionalizantes⁴, implantadas no ano de

⁴ Essas escolas tiveram entre seus objetivos iniciais “desenvolver aprendizes e artífices”, numa dinâmica que ultrapassassem os níveis iniciais dos cursos industriais básicos e cursos de aprendizagem, permitindo aos concluintes, ingressarem no ensino superior, em áreas relacionadas a sua formação técnica, assumindo equivalência relativa com o ensino médio.

1909. Essa pretensão era calcada no modelo produtivo vigente na época em todo o País. A responsabilidade da educação profissional era uma atribuição do poder público federal deixando evidente a ruptura entre a escolaridade formal e a formação para o trabalho – o importante é fazer sem entender como fazer. Diante desta característica de complementaridade, o ensino técnico

Na ruptura entre a escolaridade formal e a formação para o trabalho, o importante é fazer sem entender como fazer.

enquanto concessão de habilidades meramente “tarefeiras”, passou a ser de responsabilidade de um sistema privado, financiado pelo próprio governo, na tentativa de formar mão-de-obra para a indústria e para o comércio, através do SENAI e do SENAC e dos outros sistemas “S”, como SENAR e o SENAT implantados no País, nas últimas décadas.

Instalado o isolamento entre a educação básica do trabalhador (formação escolar) e a formação profissional, até hoje nossos dias essa situação ainda não está superada. Em evidencia o dualismo estabelecido entre a escolaridade formal e a profissionalização, agravados pelo isolamento das questões maiores que envolvem uma escolaridade mínima e as condições de sobrevivência social, enquanto possibilidades de condições de vida.

Adentrando a década de 60, após o golpe militar, é reforçado e institucionalizado no país um discurso “desenvolvimentista nacional”, que teve início três décadas anteriores, marcado por um modelo de aceleração do processo de industrialização, na tentativa de recuperar os “atrasos” da economia nacional e estabelecer uma disputa de mercados internacionais.

Frente a este princípio imposto como um mecanismo de controle social,

as relações entre classe e cultura, passa a ter outra configuração, com práticas e orientações de diferentes, adotando uma estrutura que considerada como sistema central de práticas, com significados e valores éticos, tendo como elementos norteadores o controle pelo dominante efetivo, com regras altamente controladoras.

Um dos fatos que permite evidenciar essa situação é que o Estado brasileiro sempre foi marcado por uma administração de caráter puramente pessoal em que o clientelismo, populismo e o pater-

nalismo foram instrumentos usados eficazmente, a fim de manipular a classe trabalhadora, nem que para isto tivesse que financiar programas específicos que representassem uma preocupação mínima social. Surgem os grandes programas de financiamento à educação, voltada massivamente para a merenda escolar, livros didáticos, flúor dental e outras ações que a princípio podem ser caracterizadas como intervencionistas, mas que na prática são pontuadas como assistencialistas, contornando, as questões sociais caóticas que anunciavam a realidade brasileira.

Inevitavelmente, a questão da educação e trabalho, diante desses conflitos, passou a ser enfrentada de diversas maneiras pela sociedade, principalmente a partir dos anos 60. Segundo Oliven (1982:111) a postura adotada pelos membros das classes superiores e médias tentaram, a partir de meados desta década, foi no sentido de estabelecer posições economicamente formais do mercado de trabalho “utilizando suas credenciais ao procurar uma colocação nos modos mais pessoais de assegurar empregos em instituições públicas ou privadas tradicionais através de métodos como o de “panelinha” e o “cabide...”. Pas-

sou a ser uma lógica e uma orientação para toda a sociedade. Segundo Osório (1996: 27): “O golpe de 64 reforçou e estendeu de forma epidêmica essa cultura. O importante não era o nome que constava no diploma ou a competência profissional, mas sim quem indicava as pessoas para ocupar os postos de trabalho.”

Diante dessa conjuntura, as políticas públicas voltadas para o “aperfeiçoamento” trabalhadores, começam a serem desenhadas de forma “calamitosa” e passam a ser marcadas pela “improvisação”. O Estado enquanto gestor desse processo passa assumir, de forma isolada, as perspectivas da “preparação” e da própria “formação”, sem ter definido as reais necessidades de expansão das diferentes frentes produtivas. Culturalmente, essas atitudes unilaterais demarcadas pelo poder público, têm sido consideradas como possibilidade de “aprimoramento” ou pior, como uma “ponte de ligação” entre a condição social imposta pela realidade brasileira e uma remota possibilidade de melhoria de renda familiar.

Segundo Osório (1992: 283) essa postura demonstra as posições “utilitaristas e pluralistas da sociedade e da educação desvirtuando em muito o real sentido da formação” e, em particular, “revela a ingenuidade e equívocos em formar o cidadão.” Para compreender tal realidade, torna-se vital diante dessa conjuntura arbitrária ser retomado o pressuposto da apropriação do conhecimento sobre a realidade social e a realidade do trabalho, somente a partir daí poderemos afirmar o “sentido” da preparação ou na formação do trabalhador.

Esta é uma das condições indispensáveis nas relações do trabalho e no controle do mercado de trabalho, por conta que a educação profissional no

seu sentido amplo, é patrimônio social e deve estar sob a tutela dos próprios trabalhadores. Com esse entendimento as questões relativas a “compreensão” e o próprio “sentido” da formação profissional, enquanto atividade ao trabalho, descarta as demais dimensões contidas em seu significado semântico explicitado numa concepção cultural, que adquiriu uma especial atenção preparatória para qualquer atividade econômica que gere salário ou rentabilidade.

Diante desse princípio, é importante mencionar que as questões pertinentes de “formação”, sejam através da preparação ou requalificação, há várias décadas vêm sendo tratadas de forma “dual”, ou seja, de um lado, assumindo características de “preparatório” do outro “formativo”. Tanto numa perspectiva ou noutra, como já foi mencionada, a questão que se coloca é que os programas desenvolvidos no Brasil com esse propósito, representado concretamente, através de seus projetos, um modelo taylorista/fordista e num outro extremo - no discurso, um processo de transformação tecnológica do trabalho, refletindo diretamente no mercado de trabalho.

No discurso, um processo de transformação tecnológica do trabalho, refletindo diretamente no mercado de trabalho.

O pacto na educação assinado com o conluio dos educadores e outros segmentos da sociedade, sob os auspícios e vigilância estrita de organismos internacionais, se estabeleceu no país através das Leis nº 5540/68 e nº 5692/71, uma nova forma de caracterizar a educação nacional - a redentora, que até então era acusada de elitista. A educação passa a ser direito de todos e dever do estado. Reformas estruturais passam a ser definidas para garantia de vagas.

Instituições de ensino superiores privadas são criadas para atender as demandas hipotéticas do mercado de trabalho imaginário.

Nessa perspectiva e com o objetivo de superar a deficiência e a inoperância da escolarização brasileira, acumulada desde os jesuítas, o governo reformulou o ensino primário, ginásial e colegial, através da Lei nº 5692/71, determinando uma nova concepção de educação ao sistema educacional brasileiro, e caracterizou um novo modelo de escola, com objetivos explicitamente pragmáticos e desenvolvimentistas do ponto de vista econômico.

Abriu-se uma nova página da educação brasileira reforçando tudo que vinha acontecendo até então, de forma descompromissada e altamente populista, mantida até os dias atuais. A resistência social e os fatores limitantes de ordem operacional redundaram em um ensino de má qualidade se comparada com alguns aspectos anteriormente praticados.

Como resultado, o I Plano Setorial de Educação e Cultura, elaborado para o período de 1972/1974, constituiu elemento importante de determinação da natureza e das características adquiridas pelo ensino. Esse plano preconizava: "...a continuidade da expansão e aceleração da revolução do processo educacional brasi-

No plano operacional, essas alterações estruturais acabaram por transformar as escolas em instituições responsáveis, sem terem condições, de preparar para o trabalho, como foi o caso do ensino de 2º grau. Em jogo é o que Foucault (1993: 42) denomina de "suplício": "Eles não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes. Mas definem bem, cada um deles um estilo penal...".

Em 1975, o Governo Federal reforça seus propósitos controladores. O II Plano Setorial de Educação e Cultura (1975/1979) em que os princípios e fundamentos doutrinários são os mesmos definidos pelo golpe militar, ou seja: "... a educação constitui instrumento para a formação do que se convencionou chamar de recursos humanos para o desenvolvimento ..." (II PSEC, 1975: 32). Nesse caso, como já foi mencionado, o mercado de trabalho num "potencial imaginário" era o feitor absoluto da educação e ficava dessa forma evidenciada a vinculação da educação às estruturas econômicas e sociais.

Com esse propósito, o objetivo do ensino fundamental passou a se anunciar na perspectiva da educação para o trabalho, numa possibilidade de "sondagem e aptidões e iniciação ao trabalho", dependendo da idade do aluno, partindo de um conceito de abordagem

como ponto de vista que cada cidadão constrói o seu objeto do conhecimento.

Diante desses propósitos a educação profissional continuou sendo

percebida como uma estratégia governamental. Segundo Foucault (1988: 20) essa atitude nos permite entender que: "... toda a estratégia de enfrentamento sonha em converter-se em uma relação de poder e toda a relação de poder tende a converter-se em uma estratégia vitoriosa."

O I Plano Setorial de Educação e Cultura (1972/74) preconizava: "... a continuidade da expansão e aceleração da revolução do processo educacional brasileiro e torna a população brasileira um fator de produção.

leiro e torna a população brasileira um fator de produção, pelos efeitos da escolarização sobre a produtividade de recursos, quando destinatário de resultados do progresso" (I PSEC, 1972: 29). Num ato arbitrário, a educação passou a ser um instrumento condicionante do desenvolvimento nacional.

Com o I e o II Plano Setorial de Educação e Cultura juntos com o documento “Metas e Bases” se explicitavam as intenções para o desenvolvimento da educação brasileira. Na prática o que os governantes queriam em torno da educação era a concentração de meios, através da não duplicação de recursos para fins idênticos ou equivalentes, que está preconizada e estimulada no artigo 3º, da Lei nº 5692/71. O incentivo a essa possibilidade pode ser traduzido pela expressão racionalização, além de determinarem a inserção de elementos tecnológicos e práticos nos currículos do ensino de 1º e 2º graus.

Mesmo assim mantém-se a separação entre “educação” e “formação profissional”, como expressão da divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, e o pior, confirma-se a dualidade na formação profissional, garantindo e financiando o sistema “S”.

No início da década de 70, foram definidas e regulamentadas as diretrizes para o ensino profissionalizante, a partir da experiência da reforma do ensino “regular” e do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), instituído 1963. Em outubro de 1975 foi criado o Sistema Nacional de Emprego (SINE), sob a coordenação do Ministério do Trabalho, abrangendo agências públicas federais e regionais bem como serviços privados de emprego, tendo como funções básicas a intermediação de mão-de-obra, implementação do seguro desemprego, reciclagem e formação profissional, geração e análise de informações sobre o mercado de trabalho e promoção de projetos de emprego e renda.

Em 1976 criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e, no mesmo ano, o Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra (SNFMO) com

o objetivo de agrupar e coordenar todos os órgãos de formação profissional, reforçando todos os equívocos acumulados desde a década de 40.

Em 1982, a crise do modelo desenvolvimentista compromete toda a estrutura sistêmica que pretendia preparar os recursos humanos necessários à modernização da sociedade. As instituições formadoras como SENAI, SENAC e SENAR deixaram os interesses dos

O SINE perdeu de vista seus propósitos iniciais, passando por todo um processo de reestruturação, desvirtuando em muito seu papel institucional.

trabalhadores tendo suas atividades restritas a uma demanda empresarial. O SINE, por sua vez, perdeu de vista seus propósitos iniciais, passando por todo um processo de reestruturação, desvirtuando em muito seu papel institucional.

Ao propor a reestruturação do SINE, em 1994, o Ministério do Trabalho, visando ampliar o atendimento aos trabalhadores desempregados, colocou dois princípios que deveriam orientar um sistema público de emprego, como também a gestão de recursos obtidos da sociedade que sustentam as instituições de formação profissional. Em linhas gerais: a democratização da gestão do sistema, através de comissões tripartites e paritárias de emprego, organizadas em nível regional com descentralização, hierarquizada em estados e municípios, e integração das ações na área de trabalho bem como parceria com a sociedade civil. Buscando, então, a efetivação do SINE, como um Sistema Público de Emprego no país.

O Ministério do Trabalho procurou institucionalizar esses objetivos no sentido de normatizar principalmente as formas de financiamento para atendimento ao trabalhador e aos demais en-

volvidos no mercado de trabalho, especificamente, nos setores de intermediação de mão-de-obra, seguro desemprego, qualificação profissional, informação e análise de mercado e geração de emprego e renda.

No mesmo ano (1994), o Ministério do Trabalho lançou o Programa de Reciclagem Profissional, com a finalidade de integrar as ações do mesmo SINE

estadual e municipal; as universidades públicas e privadas, o chamado Sistema “S” (SENAI/SESI, SENAC/SESC, SENAR, SENAT/SEST, SEBRAE); sindicatos de trabalhadores; escolas e fundações de empresas; organizações não-governamentais e; ensino profissional livre.

Esses Planos Estaduais de Qualificação, mais conhecidos como PEQs, são elaborados e coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho e se voltam prioritariamente à “qualificação” e “requalificação” do desempregado, beneficiário do Seguro Desemprego, traba-

O objetivo era proporcionar ao trabalhador desempregado a aquisição de conhecimentos básicos específicos para facilitar sua reinserção no mercado de trabalho.

– Sistema Nacional de Emprego – tendo como objetivo proporcionar ao trabalhador desempregado a aquisição de conhecimentos básicos específicos para facilitar sua reinserção no mercado de trabalho, reduzindo seu tempo de desemprego e, ao mesmo tempo, atendendo às necessidades de requalificação das empresas e as próprias “novas” demandas do mercado de trabalho.

O PLANFOR se origina neste contexto e vem sendo implementado, conforme foi enunciado, através de dois mecanismos fundamentais: Planos Estaduais de Qualificação e parcerias. Os Planos Estaduais de Qualificação são coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, sob orientação e supervisão das Comissões Estaduais e se possível, caso já esteja instalada, as Comissões Municipais de Emprego, financiados com recursos de FAT, mediante convênios firmados entre as Secretarias de Trabalho e o SEFOR /MTb.

As Parcerias são realizadas mediante convênios, termos de cooperação técnica, protocolos de intenção, com toda rede de educação profissional do País, que abrange pelo menos sete grandes conjuntos de agências formadoras, conforme orientações da SEFOR/MTb: os sistemas de ensino técnico federal,

lhadores autônomos e micro-produtores do setor informal, beneficiários de Programas de Geração de Emprego e Renda (PROGER), trabalhadores sob risco de perda do emprego e outras populações em risco ou desvantagem social, do meio urbano e rural, com especial atenção para adolescentes, jovens, mulheres e idosos.

Dentre seus objetivos, tal como os planos nacionais e emergenciais, os planos estaduais buscam: “desenvolver habilidades básicas, específicas e/ou de gestão que propiciem sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, melhoria da qualidade e da produtividade na produção de bens e serviços, elevação da renda pessoal e familiar e melhoria geral da qualidade de vida das comunidades a que pertençam”; “Elevar o nível de escolaridade da população economicamente ativa, buscando, gradativamente, a erradicação do analfabetismo e a ampliação do contingente escolarizado, pelo menos no nível básico” dentre outros objetivos.

Todos os Planos Estaduais de Qualificação devem passar pela aprovação das Comissões Estaduais de Emprego, organismos tripartites e paritários, nos moldes da organização do CODEFAT, com representação do governo, empresariado

e trabalhadores de cada estado. Uma vez aprovados, pelas Comissões Estaduais de Emprego, os planos são apresentados ao MTb/SEFOR, para análise técnica e elaboração de convênio que garante o repasse de recursos para sua execução. As entidades executoras são contratadas pelos signatários dos convênios com o MTb/SEFOR: as Secretarias de Trabalho, no caso dos Planos Estaduais de Qualificação, ou outro contratante conforme o convênio. A contratação é um processo aberto, que pode se enquadrar em pelo menos quatro modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93: concorrência, carta convite, tomada de preços e concurso, além das possibilidades de dispensa ou inexigibilidade, previstas na mesma Lei.

Os Planos Estaduais de Qualificação incluem dois tipos de atividades: programas de qualificação e requalificação profissional e projetos especiais. Os projetos especiais são estudos, pesquisas e eventos de apoio conceitual e metodológico aos programas de qualificação e requalificação profissional, incluindo, necessariamente, projeto de avaliação e acompanhamento do próprio Plano Estadual de Qualificação, como é o caso dos Congressos Estaduais de Educação Profissional, inseridos no próprio processo avaliativo.

Os programas nacionais, estaduais e emergências de “qualificação” e “requalificação” profissional, como já foi anunciado, são cursos e treinamentos em habilidades básicas, específicas e de gestão, sempre com foco na empregabilidade.

As três modalidades diferenciam-se em termos de público alvo e conteúdo programático, mas podem comportar, todas elas, tanto habilidades básicas

(HB) como habilidades específicas (HE) e de gestão (HG). As HB e HE são concebidas a partir dos conhecimentos necessários para um cidadão integrar-se à em sociedade e preparar-se para exercer uma profissão com dignidade; entre as HE e HG localizam-se do ponto curricular, conhecimentos necessários ao exercício de uma ocupação específica, incluindo aqui, conteúdos relacionados aos direitos do trabalhador e exercício de cidadania.

Os principais setores e clientela definidos pelo PLANFOR foram nos primeiros quatro anos, trabalhadores em assentamentos e comunidades rurais; trabalhadores em/para serviços pessoais, sociais e culturais; desempregados/trabalhadores sob risco de perda de emprego; servidores da administração pública; pequenos empreendedores; trabalhadores em/para a indústria do turismo; adolescentes e jovens em risco social, candidatos ao primeiro emprego; trabalhadores em/para artesanato e desenvolvimento comunitário; trabalhadores em/para a indústria da construção; trabalhadores em/para atividades pesqueiras e, finalmente, trabalhadores portadores de deficiências.

O PLANFOR teve como meta inicial atender anualmente pelo menos 20% da População Economicamente Ativa – PEA, com a pretensão de atingir 5,5 milhões de trabalhadores.

O PLANFOR teve como meta inicial atender anualmente pelo menos 20% da População Economicamente Ativa – PEA, com a pretensão de atingir 5,5 milhões de trabalhadores (empregados e desempregados), até o final de 1998.

Entretanto, a realidade brasileira revela outra situação. Neste mesmo ano, em pesquisa⁵ realizada em todo país, a

⁵ Pesquisa realizada entre 8 e 13 de maio de 1998, pelo IBOPE, no ano de 1998 a pedido da Confederação Nacional da Indústria.

preocupação com o desemprego saltou de 69%, em março para 75% em maio, refletindo o agravamento do fenômeno. A questão da falta de trabalho tornou-se um elemento determinante, comprovado por um dos indicadores analisados por esta pesquisa. 54% dos entrevistados admitiram a possibilidade de redução do salário em troca da garantia de emprego e 78%, há dois anos atrás não admitiam a hipótese de negociar o valor da remuneração.

Frente a essa realidade, o PLANFOR trás consigo algumas dívidas sociais em sua operacionalização, com a classe trabalhadora. Ele aparece como uma tentativa de garantir aos trabalhadores e desempregados uma adequabilidade aos novos princípios da Teoria do Capital Humano e suas diferentes interfaces com os novos paradigmas de empregabilidade, inserção social e rentabilidade, entretanto, os seus propósitos, enquanto política pública de formação profissional, baseiam-se na ambigüidade entre a qualificação frente aos altos índices de desemprego.

No entanto, sabemos que em termos de política pública de preparação

formação profissional do trabalhador, proposta na atualidade pelo PLANFOR, traz consigo um conceito restrito e uma idéia de consenso entre as exigências do mercado de trabalho e as aspirações dos trabalhadores e desempregados. Os programas em sua maioria reforçam a segregação social de algumas categorias de trabalhadores, não permitindo através dos “cursos” ou “treinamentos” uma melhoria das suas condições existenciais.

Diante disso, a atual política de formação profissional apresenta, como grande característica determinante, a fragilidade da retórica de preparar o trabalhador ou o desempregado para uma melhor inserção social, utilizando os próprios sindicatos dos trabalhadores e outros movimentos sociais. Isto é facilmente evidenciado quando nos indagamos sobre os critérios de definição de cada programa, as metas a serem atingidas e as prioridades? Ora, sabemos que tais proposições não estão embasadas numa demanda econômica determinada ou passível de ser implementada, aliás, em plena “era” de desenvolvimento tecnológico, a qualificação propiciada aos trabalhadores, atra-

vés do PLANFOR, centra-se, ainda, em modelos elementares de produção, como aprender “croché”, “pintar panos de enxugar louças” e outras atividades elemen-

tares, mas não competitivas ou preparatórias para o atual modelo de mercado de trabalho.

Em face de tantas contradições e propósitos não explicitados oficialmente, cabe ainda uma indagação sobre as questões apontadas até aqui. A atual política pública de formação profissional centra-se na perspectiva da inserção ou da exclusão social dos trabalhadores?

É necessário, antes de qualquer

Em termos de preparação para o mercado de trabalho, cuja regra é o processo de globalização, o perfil do trabalhador necessário muda de acordo com as alterações das forças produtivas.

para o mercado de trabalho, cuja regra é o processo de globalização, o perfil do trabalhador necessário muda de acordo com as alterações das forças produtivas e da forma como estas se vinculam entre si no processo histórico, sem desconsiderar evidentemente as formas de dominação nas diferentes frentes produtivas que determinam os comportamentos culturais, sociais e políticos e outros fatores conjunturais.

Por conta desse e outros fatores, a

coisa, associar esta possibilidade de “formação” ou “preparação” diretamente ao projeto político neoliberalista instalado oficialmente no atual Governo Federal e compreender que a globalização da economia, é um processo de ruptura de vários modelos de absorção de capitais existentes no mundo moderno, e que busca, via marginalização social, uma unidade de controle financeiro, criando novos mecanismos e movimentos para o capitalismo totalitário, tendo como

elemento mediador “a exclusão do trabalhador não só pela automatização das frentes produtivas”, mas pelas conjunturas atuais impostas pelo capital estrangeiro. São aspectos estes que hoje servem como ancoradouros do novo momento, da nova concepção, dos compromissos e das responsabilidades em tentar reconstruir o papel social e o sentido da formação profissional, através da definição de políticas públicas para trabalhadores, empregados ou desempregados.

Referências Bibliográficas

- ALVES, E.L.G. VIEIRA, C.A.S. *Qualificação profissional: uma proposta de política pública*. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, DF: IPEA, nº 12, jun./dez., 1995.
- APPLE, M. *Conhecimento Oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- AZEREDO, B., RAMOS, C.A. *Política Pública de emprego: experiências e desafios*. Planejamento e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, nº 12, jun./dez., 1995.
- ARROYO, M. *Trabalho-educação e teoria pedagógica*. In: FRIGOTTO, G. (Org.) *Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.
- ALTVATER, E. *Globalização, novas fronteiras e a questão democrática*. Revista Democracia Viva. Rio de Janeiro, IBASE/Editora Moderna, Nº. 2, Fev. 1998 (p. 7-19)
- _____. *O preço da riqueza*. São Paulo, Editora da UNESP, 1995.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. São Paulo, UNESP, 1996.
- _____. *A Ilusão do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1997.
- BID E INTER-AMERICAN DIALOGUE. *Futuro em Risco*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 10/abril/1998.
- BRASIL, MTb Ministério do Trabalho, SEFOR, Avaliação Gerencial 2º ano do triênio - resultados até 31/12/97. FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador, PLANFOR - Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador, Brasília, Abril de 1998, pp.32-33.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. *Educação profissional: o debate da(s) competência(s)*. Brasília, DF: MTb/ SEFOR, 1997.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR). Educação profissional – PLANFOR: formando o cidadão produtivo. Brasília, DF: MTb/ SEFOR, [s.d.].
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. *Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília, DF: SEFOR, 1995.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Ministério do Trabalho/ Ministério da Educação e do Desporto. *Política para a educação profissional: cooperação*. MEC/ MTb. Brasília, DF: SEFOR/ MTb, SPES/ MTb, SPE/ MEC, SEMTEC/ MEC, 15/12/95. (6ª versão preliminar para discussão interna na reunião da SPE e SEMTEC/MEC e SPES e SEFOR/MTb).
- BRASIL. Ministério do Trabalho. PEQs – 1996: perfil da clientela & avaliação de foco dos programas. Brasília, DF: MTb/ SEFOR, 1997.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional: avanço conceitual: termos de referência. Brasília, DF: MTb/ CGIT, 1997.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. PLANFOR – *Plano Nacional de Educação Profissional: termos de referência dos projetos especiais*. Brasília, DF: MTb/ SEFOR/ FAT/ CODEFAT, nov.1996.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional: habilidades, uma questão de competências? Brasília, DF: MTb/ SEFOR/ FAT/ CODEFAT, dez.1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho. PLANFOR – Plano Nacional de Educação Profissional: cadastro de entidades de educação profissional: termo de referência. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR/ CODEFAT, jul. 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho. PLANFOR – Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador: avaliação gerencial: 2º ano do triênio – resultados até 31/12/97. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho. PLANFOR – Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador: PEQs – planos estaduais de qualificação: parcerias nacionais e regionais: resultados de jan. a abr./98. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *PLANFOR – Termos de referência dos programas de educação profissional*. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR, nov. 1996. (Texto mimeo).

BRASIL. Ministério do Trabalho. PLANFOR 1996/98: plano nacional de educação profissional: PEQs – planos estaduais de qualificação: parcerias nacionais e regionais: avaliação gerencial: resultados de jan. a abr./98. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR, 1997 (versão preliminar, para apreciação do CODEFAT).

BRASIL. Ministério do Trabalho. *PLANFOR 1996/99: plano e projetos de educação profissional: guia de planejamento e execução*. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR, 1997 (versão preliminar, para apreciação do CODEFAT).

BRASIL. Ministério do Trabalho. PLANFOR 1996/99: Plano Nacional de Educação Profissional: guia de planejamento e execução: planos e projetos de educação profissional. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR/ FAT, out. 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho. PLANFOR 1996/99: planos estaduais de qualificação, parcerias nacionais e regionais: avaliação gerencial 1996: primeiro ano do triênio. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR, 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Plano de ação: um compromisso com a mudança: 1996 – 1998*. Brasília, DF.: MTb/ Secretaria-Executiva/ Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, [s.d.].

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Plano nacional de educação profissional: trabalho e empregabilidade*. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR, [s.d.].

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Políticas públicas de emprego e renda: ações do governo*. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR, 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Presidente (F. H. Cardoso). *O mercado de trabalho e a geração de empregos*. Brasília, DF.: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Questões críticas da educação brasileira: consolidação de propostas e subsídios para ações nas áreas da tecnologia e da qualidade. Brasília, DF.: MTb/ PACTI – Subcomissão de Educação e gestão Tecnológica/ PBQP– Subcomitê do subprograma III – Educação/ Formação e Capacitação de Recursos Humanos, 1995.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Sistema público de emprego e educação profissional: implementação de uma política integrada*. Brasília, DF.: MTb/ SEFOR, 1996.

CALDERA, Alejandro, Serrano. *Filosofia e crise*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1984.

CASALI, A. (org.) *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: EDUC, 1995.

CATTANI, A. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

FOUGEYROLAS, Pierre *La Philosophie en question*. Denoel, 1960.

FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo, UNESP, 1997.

FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito*. Rio de Janeiro, Vozes, 1998.

_____, *A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural*. In: Da Silva, L. H. (org.) *A escola cidadã no contexto da globalização*, Editora Vozes, Petrópolis, 1998

_____, *Opinião: formação técnica profissional: de política social para assistência e alívio da pobreza*. **UNITRABALHO Informa**: publicação trimestral da fundação interuniversitária de estudos e pesquisas sobre o trabalho. Rio Grande do Sul: Unitrabalho, nº05, p.3, ano II, jun.1998.

GENTILI, P. *A educação para o desemprego*. A desintegração da promessa integradora. In: Frigotto, G. (Org.). 1998, op cit.

HOBSBAWM, E.. *A era dos extremos - O Breve Século XX - 191-1991*. São Paulo, UNESP, 1995.

- LEHER, R. Da ideologia do desenvolvimento ideologia da globalização: A educação como estratégia do Banco Mundial para alívio da pobreza”. São Paulo, USP, 1998 - Tese de doutorado.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). *Informe sobre o Emprego no Mundo 1998/1999*.
- OLIVEIRA, F. De. O reinado de 20 anos. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, 13.10.1996.
- OSÓRIO, Antônio C. N. Caracterização e Avaliação do Ensino de 2º Grau: Análises das Incongruências na preparação profissionalizante e não profissionalizante para o trabalho no 2º Grau da Rede de Ensino Estadual de Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado, UFMS, 1991.
- _____, *A Educação Enquanto Indicador das Condições de Vida na Bacia do Alto Paraguai* in: Anais do IX Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão - III Encontro de Iniciação Científica, UFMS - ed. FUFMS, 1994.
- PASOLINI, P. P. *Jovens infelizes*, Brasiliense, 1990.
- PRADO Jr, Caio *O que é liberdade: capitalismo x socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- RODRIGUES, J. O Moderno Príncipe Industrial: O pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria - Campina, São Paulo, UNCAMP, 1997. Tese de doutorado.
- SOUZA, H. De Quem Governa o Brasil? São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, Tendências/Debates, 14/ Agosto/1996
- TIRIBA, V. L. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: Contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, G. (Org). Op. cit.
- UNITRABALHO/SP. Relatório global: avaliação da política nacional de educação profissional SEFOR/MTb: *análise dos planos estaduais de qualificação profissional 1996* (primeira parte). São Paulo: Unitrabalho, 1997.
- _____, Material preparado para seminários de avaliação do PLANFOR. São Paulo: Unitrabalho, 1997.